

Malan e Franco têm presença garantida

CÉSAR FELÍCIO F
SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA – O agravamento da instabilidade financeira internacional com a crise da Rússia, levou o presidente Fernando Henrique Cardoso a antecipar o desenho da equipe econômica em um possível segundo mandato. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, são presenças garantidas. Ambos já receberam convite para não se afastarem do governo e já concordaram em ficar. A única medida já definida para o início do eventual segundo mandato está justamente na área de Malan: o Programa de Ajuste Fiscal de Longo Prazo.

Segundo um dos principais estrategistas da campanha, Malan e Franco fazem parte de uma nova estrutura de ministérios, que terá a criação de pastas como a de Desenvolvimento e Produção, Finanças e Defesa, resultantes da fusão de ministérios já existentes. Como a designação dos novos ministros implica uma redivisão do espaço de cada partido aliado dentro do governo federal, é exatamente por isso que o assunto só será discutido a partir do dia 25 de outubro. Neste dia, serão conhecidos os governadores dos estados em que tiver segundo turno e já estará definido o perfil do novo Congresso.

“Tudo que está sendo comentado até agora sobre novas pastas é especulação ou puro lobby. O presidente está preocupado é em vencer a eleição”, afirmou este estrategista. Vários partidos aliados, contudo, já encaminharam sugestões de uma nova estrutura administrativa para o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, um dos responsáveis pela formulação do novo governo dentro da equipe que trabalha pela reeleição.

Permanência – O estrategista acredita que as mudanças administrativas serão pequenas. Até mesmo ministérios considerados sem função alguma, como o das Comunicações, esvaziado após a privatização do sistema Telebrás, deverão permanecer, pelo menos no primeiro ano de governo, até a consolidação da estrutura das agências reguladoras. Entre os parlamentares aliados, contudo, a vontade de ousar é grande. Um dos líderes do PSDB sugeriu a criação do Ministério da Produção, Desenvolvimento e Emprego. Esta pasta reuniria o Ministério da Indústria e Comércio, Trabalho, Planejamento, o BNDES e algumas funções do Banco do Brasil.

Nome – Este ministério se depender da vontade tucana, será ocupado pelo atual ministro das Comunicações, Luís Carlos Mendonça de Barros. Este parlamentar tucano disse que o comitê de campanha de Fernando Henrique já estaria estudando também a transferência da área do Orçamento para o Ministério da Fazenda, que passaria a ter o nome de “Ministério de Finanças”.

No ano 2000, surgiriam dois outros ministérios novos: Infra-Estrutura e o da Habitação. O primeiro reuniria Comunicações e Transportes.

Estes dois ministérios novos ficariam para o segundo ano de governo porque necessitam de fontes de recursos definidas pelo Orçamento Geral da União, que para 1999 já estará aprovado sem esta destinação. No caso das possíveis pastas da Produção e de Finanças, bastaria remanejar os recursos já existentes.

Idéia – Líderes do PFL nordestino querem criar um Ministério Extraordinário para a Seca, com o objetivo de transformar o semi-árido em algo parecido com a Califórnia norte-americana. Se a idéia pegar, o Ministério do Meio-Ambiente perderia a área de irrigação e poderia se fundir com os Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia para a criação de uma nova pasta. O que há de consensual dentro do PFL e do PSDB é que a estrutura ministerial tem que ser enxugada, embora as duas legendas aliadas do presidente estejam brigando pelo aumento de poder no primeiro escalão do governo.

Caberá a Pedro Malan a divulgação da única medida de impacto planejada logo no início de um possível segundo mandato: a edição de um “Programa de Ajuste Fiscal de Longo Prazo”. Este programa, insistem os coordenadores da campanha de Fernando Henrique, não será um pacote. “Na vida do cidadão comum, nada vai mudar de um dia para o outro”, afirmou um dos coordenadores, acrescentando que o que Fernando Henrique pretende fazer é lançar uma nova versão da reforma tributária, fazer uma sinalização clara de que o programa de privatizações manterá um ritmo ativo em 1999, com a venda das geradoras de energia e complementar a reforma da Previdência com alguns dos pontos da proposta do governo que foram retirados no Congresso este ano.

Preocupação – Não há expectativa de que este conjunto de medidas reverta os indicadores macro-econômicos, em especial o déficit público. “O mercado externo não está exigindo que o déficit seja zerrado no próximo ano. O essencial é mostrarmos que a tendência é de diminuição”, afirmou o coordenador. No momento, a grande preocupação entre os estrategistas da campanha é garantir a atual tendência das pesquisas eleitorais que mostram a vitória de Fernando Henrique, por larga margem, ainda no primeiro turno. “Uma clara resposta do eleitorado em favor do presidente dará a ele condições de agregar mais apoios no Congresso. Se não fosse a vitória no primeiro turno em 1994, não seria possível ao presidente aprovar a reforma da ordem econômica no primeiro semestre de 1995, como ele fez. Para tocar a reforma tributária, é importante esta sinalização do eleitorado”, afirmou o coordenador.

Josemar Gonçalves – 18/12/97



Pedro Malan será o responsável pelo Programa de Ajuste Fiscal de Longo Prazo, e Gustavo Franco deverá continuar à frente do Banco Central

Gilberto Alves – 26/8/98



Dança de ministérios

BRASÍLIA – A Esplanada dos Ministérios quase sempre ganha nova cara a cada governo que entra, desde Getúlio Vargas. Nos últimos cinquenta anos, apenas Juscelino Kubitschek e Emílio Médici não modificaram a estrutura administrativa do seu primeiro escalão. Getúlio, na primeira passagem pelo governo, criou o Ministério do Trabalho e o da Aeronáutica, e, ao retornar ao poder, o Ministério da Saúde. Em 1961, Jânio Quadros criou o Ministério das Minas e Energia. O sucessor, João Goulart, criou o Ministério Extraordinário do Planejamento, entregue a Celso Furtado.

Com golpe de estado militar de 1964, o marechal Castelo Branco reorganizou todo o primeiro escalão, efetivando o Ministério do Planejamento, sob o comando de Roberto Campos. O sucessor, o marechal Costa e Silva, foi além, criando em 1967 os Ministérios da Comunicação e dos Transportes. Em 1974, o então presidente Ernesto Geisel desmembrou a Previdência Social do Ministério do Trabalho. O último presidente do regime militar, João Figueiredo, criou o Ministério Extraordinário da Desburocratização, entregue a Hélio Beltrão.

Extinção – Com a redemocratização, as mudanças se tornaram ainda maiores. José Sarney, em 1985, criou os Ministérios da Cultura, da Reforma Agrária, da Administração, da Habitação e da Ciência e Tecnologia. Durante o governo, o Ministério da Habitação acabou extinto, o

da Indústria e Comércio foi fundido com o da Ciência e Tecnologia e foi criado um Ministério Extraordinário para Irrigação. A mais radical reforma viria com o sucessor, Fernando Collor, que em um só ato em 1990, no primeiro dia de governo, extinguiu onze ministérios. Nasceu da fusão dos Ministérios do Planejamento, Fazenda e Indústria e Comércio o ministério da Economia. As pastas de Comunicações e Transportes foram reunidas no Ministério da Infra-Estrutura. Trabalho e Previdência Social foram novamente reunificados e a pasta do Interior se transformou no Ministério da Ação Social. Logo no segundo ano de governo, Trabalho e Previdência voltaram a se separar e a pasta da Infra-Estrutura foi novamente desmembrada.

Transformação – No governo de Itamar Franco, o Ministério da Economia foi novamente dividido entre Fazenda e Planejamento e foi criado o Ministério do Meio-Ambiente e da Amazônia Legal. Finalmente, no governo Fernando Henrique, nasceu o Ministério Extraordinário dos Esportes e, já no segundo ano de governo, a pasta extraordinária para Assuntos Políticos, depois transformada no Ministério Extraordinário da Reforma Institucional (Mirin), hoje ocupado pelo senador Freitas Neto (PFL-PI). Também foi ressuscitado em 1997 o Ministério da Reforma Agrária, separado da Agricultura, que ganhou a área de abastecimento. (C.F. e S.C.)